



Revisação®

**COORDENAÇÃO
HENRIQUE CORREIA**

Carreiras Trabalhistas

ANALISTA E TÉCNICO DO TRT

TOMO 1

PROIBIDA A VENDA
apenas deste tomo

**9ª
edição**

Revista
atualizada
ampliada

2026

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Daniilo da Cunha Sousa

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES

Distribuição das questões organizada por ordem didática de assuntos		
Assunto	Número de Questões	Peso
1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB)	23	8,27%
2. PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL	113	40,65%
3. DA PARTE ESPECIAL	142	51,08%
Total	278	100%

Daniilo da Cunha Sousa

✦ QUESTÕES

1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB)

01. CEBRASPE – 2025 – TRT 10 – Analista judiciário (Área Judiciária)

No que diz respeito às fontes do direito, às normas jurídicas e às disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item a seguir. A integração da norma jurídica é um método utilizado na hipótese de existência de lacuna normativa, ao passo que a subsunção é a aplicação direta da norma jurídica.

COMENTÁRIOS

A integração da norma jurídica ocorre quando há lacuna na lei, mas não no ordenamento jurídico. Deve o operador do Direito se valer da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito para suprir essa lacuna normativa (art. 4º, CC). A subsunção é o encaixe no fato à norma jurídica estabelecida.

ITEM CERTO.

02. CEBRASPE – 2025 – TRT 10 – Analista judiciário (Área Judiciária)

No que diz respeito às fontes do direito, às normas jurídicas e às disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item a seguir. As regras e os princípios das normas jurídicas não se confundem, já que estes são dotados de maior abstração e flexibilidade que aquelas, as quais, por sua vez, estabelecem padrões específicos e definidos de comportamento.

COMENTÁRIOS

Os princípios são normas fundamentais do sistema jurídico e gozam de maior abstração e flexibilidade, cabendo interpretação alargada. Já as regras são normas com padrões mais específicos e definidos de comportamento.

ITEM CERTO.

03. CEBRASPE – 2025 – TRT 10 – Analista judiciário (Área Judiciária)

No que diz respeito às fontes do direito, às normas jurídicas e às disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item a seguir. O ordenamento jurídico brasileiro é regido pela primazia da lei, razão pela qual os costumes não são considerados uma fonte do direito.

COMENTÁRIOS

Os costumes são fonte do Direito, notadamente, como mecanismo de suprir lacuna normativa. Contudo, o há própria norma pode invocar os costumes como resolução direta do conflito (por exemplo, art. 724, CC).

ITEM ERRADO.

04. CEBRASPE – 2025 – TRT 10 – Analista judiciário (Área Judiciária)

No que diz respeito às fontes do direito, às normas jurídicas e às disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item a seguir. Segundo a LINDB, a repristinação tácita é a regra no ordenamento jurídico pátrio.

COMENTÁRIOS

A repristinação só é admitida se for expressamente prevista na nova lei. Com efeito, salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência (art. 2º, § 3º, LINDB).

ITEM ERRADO.**05. CEBRASPE – 2025 – TRT 10 – Analista judiciário (Área Judiciária)**

No que diz respeito às fontes do direito, às normas jurídicas e às disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item a seguir. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, é defeso decidir com fundamento em valores jurídicos abstratos sem que as consequências práticas da decisão sejam consideradas.

COMENTÁRIOS

Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão (art. 20, LINDB).

ITEM CERTO.**06. CEBRASPE – 2025 – TRT 10 – Técnico judiciário (Área Administrativa)**

No que concerne a aspectos relativos às normas jurídicas, julgue o item a seguir. O texto de um artigo de uma determinada lei pode contemplar mais de uma norma jurídica.

COMENTÁRIOS

O artigo de uma lei é uma unidade do texto dessa lei e pode conter mais de uma norma jurídica, que a regra de conduta, abstrata e obrigatória, que organiza a vida em sociedade. Exemplo: Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé (art. 422, CC).

ITEM CERTO.**07. CEBRASPE – 2025 – TRT 10 – Técnico judiciário (Área Administrativa)**

No que concerne a aspectos relativos às normas jurídicas, julgue o item a seguir. A analogia e a interpretação extensiva são métodos de integração voltados ao preenchimento de uma lacuna legislativa.

COMENTÁRIOS

A analogia é método de integração da lacuna normativa. Já a interpretação extensiva é método usado em uma determinada norma jurídica existente.

ITEM ERRADO.**08. CEBRASPE – 2025 – TRT 10 – Técnico judiciário (Área Administrativa)**

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item a seguir. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas, independentemente de culpa.

COMENTÁRIOS

O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro (art. 28, LINDB).

ITEM ERRADO.**09. CEBRASPE – 2025 – TRT 10 – Técnico judiciário (Área Administrativa)**

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item a seguir. As decisões administrativas que implicarem nova orientação sobre norma de conteúdo determinado devem prever regime de transição para que essa nova diretriz seja legitimamente exigida dos administrados.

COMENTÁRIOS

A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais (art. 23, LINDB).

ITEM ERRADO.**10. CEBRASPE – 2025 – TRT 10 – Técnico judiciário (Área Administrativa)**

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item a seguir. A edição pelas autoridades públicas de regulamentos, súmulas administrativas ou respostas a consultas, com vistas a incrementar a segurança jurídica na aplicação das normas, terá caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinar, sem prejuízo de revisão posterior.

COMENTÁRIOS

As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas (art. 30, LINDB). Os instrumentos previstos no caput deste artigo terão caráter vinculante em relação ao órgão

ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão (art. 30, parágrafo único, LINDB)

ITEM CERTO.

11. FCC – 2025 – TRT 6 – Analista Judiciário (Área Administrativa)

De acordo com o disposto na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, a revisão, na esfera administrativa, quanto à validade de ato cuja produção já se houver completado

- é obrigatória sempre que se verificar alteração de jurisprudência administrativa ou de orientação vinculante do órgão jurídico, vedada a manutenção de situações concretas que discrepem da orientação vigente no momento da revisão.
- deve levar em conta as orientações gerais da época da edição do ato, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
- é facultativa, devendo o administrador considerar a existência de vantajosidade para a Administração Pública como condição necessária para a revisão de orientação jurídica de caráter geral.
- somente é admissível se comprovada fraude, ou evidenciada má-fé dos envolvidos, prestigian-do-se os atos que já tenham produzido efeitos quando apresentem vícios de outra natureza.
- deve ocorrer sempre que entendimento mais benéfico para a Administração Pública possa ser alcançado a partir da jurisprudência dos Tribunais Superiores ou a partir de entendimento do órgão de consultoria e assessoria jurídica do ente.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: A revisão não é obrigatória, sendo que é vedada a invalidação de situações consolidadas por mudança de orientação (art. 24, LINDB).

Alternativa “b”: A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas (art. 24, LINDB).

Alternativa “c”: A revisão, ainda que mais vantajosa para a Administração Pública, não pode ocorrer em caso de situações plenamente constituídas.

Alternativa “d”: Para ocorrer a revisão, não é preciso fraude, ou evidenciada má-fé dos envolvidos.

Alternativa “e”: A revisão, ainda que mais vantajosa para a Administração Pública, não pode

ocorrer em caso de situações plenamente constituídas.

ALTERNATIVA CORRETA: “B”.

12. FCC – 2024 – TRT 20 – Técnico Judiciário (Área Administrativa)

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a lei nova, diante de um contrato de prestações sucessivas,

- não produzirá nenhum efeito, ainda que não atinja o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- atinge o negócio em todas suas disposições, incluindo o direito adquirido, tendo em vista que possui efeito imediato.
- terá efeito imediato, mas deve respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- atinge o negócio em todas suas disposições, incluindo o ato jurídico perfeito, tendo em vista que possui efeito retroativo.
- terá efeito imediato, mas deve respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, salvo se a lei nova tratar de norma de ordem pública.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada (art. 6º, LINDB).

Alternativa “b”: O direito adquirido não pode ser atingido por lei nova.

Alternativa “c”: A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada (art. 6º, LINDB).

Alternativa “d”: O ato jurídico perfeito não pode ser atingido por lei nova.

Alternativa “e”: A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada (art. 6º, LINDB), ainda que a Lei nova tratar de norma de ordem pública.

ALTERNATIVA CORRETA: “C”.

13. FCC – 2024 – TRT 11 – Técnico Administrativo (Área Administrativa)

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro também previu situações que envolvem a Administração Pública, sendo que

- a decisão administrativa poderá ser adotada para a garantia da ordem pública e da ordem econômica, independentemente das consequências práticas da decisão.

- b) as sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
- c) orientações gerais são as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter específico ou em jurisprudência judicial ou administrativa unânime.
- d) o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou culpa.
- e) a edição de atos normativos por autoridade administrativa deverá ser precedida de consulta pública por meio presencial e virtual.
- a) só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.
- b) buscará solução jurídica compatível com interesses individuais.
- c) poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral.
- d) deverá prever com clareza as obrigações das partes e o prazo para seu cumprimento, exceto sanções aplicáveis em caso de descumprimento, vez que estas últimas decorrem de norma legal específica.
- e) não será possível para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa no caso de expedição de licença.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão (art. 20, LINDB).

Alternativa “b”: As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato (art. 22, § 3º, LINDB).

Alternativa “c”: Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público (art. 24, parágrafo único, LINDB).

Alternativa “d”: O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro (art. 28, LINDB).

Alternativa “e”: Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão (art. 29, LINDB).

ALTERNATIVA CORRETA: “B”.

14. (FCC – 2022 – TRT 14 – Analista Judiciário – Área Judiciária) Nos termos do Decreto-lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável. Referido compromisso

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: O compromisso firmado com os interessados só produzirá efeitos a partir da publicação na imprensa oficial (art. 26, LINDB).

Alternativa “b”: O compromisso buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais (art. 26, § 1º, I, LINDB).

Alternativa “c”: O compromisso não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral (art. 26, § 1º, III, LINDB).

Alternativa “d”: O compromisso deverá prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento (art. 26, § 1º, IV, LINDB).

Alternativa “e”: O compromisso poderá ser firmado para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença (art. 26, LINDB).

ALTERNATIVA CORRETA: “A”.

15. (FCC – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal – TRT 22/2022) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, quando a lei for omissa, o Juiz decidirá o caso

- a) segundo as normas do direito estrangeiro.
- b) de acordo com a analogia, com os costumes e com os princípios gerais de direito.
- c) por equidade.
- d) por equanimidade.
- e) pelas máximas da experiência.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: A LINDB não prevê o uso de normas do direito estrangeiro para preencher eventual lacuna legislativa.

Alternativa “b”: Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito (art. 4º, LINDB).

Alternativa “c”: A LINDB não prevê a equidade como mecanismo de preenchimento de lacuna legislativa, embora outras legislações o façam, como a CLT (art. 8º) e o CPC (art. 140, parágrafo único).

Alternativa “d”: Equanimidade não é prevista como mecanismos de preenchimento de lacunas legislativas.

Alternativa “e”: Máximas da experiência não são previstas como mecanismos de preenchimento de lacunas legislativas.

ALTERNATIVA CORRETA: “B”.

16. (FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 22/2022) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a lei nova

- só revoga a anterior se regular inteiramente a matéria.
- começa a vigor, salvo disposição em contrário, na data de sua publicação.
- possui, em regra, efeitos repristinatórios.
- sempre revoga a anterior, se tiverem o mesmo objeto.
- tem efeitos prospectivos limitados pela proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior (art. 2º, § 1º, lindsay).

Alternativa “b”: Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada (art. 1º, LINDB).

Alternativa “c”: Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência (art. 2º, § 3º, lindsay). Portanto, o efeito repristinatório depende de expressa previsão legal.

Alternativa “d”: A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior (art. 2º, § 2º, lindsay).

Alternativa “e”: A lei nova tem efeitos prospectivos (para o futuro), respeitados o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (art. 6º, LINDB).

ALTERNATIVA CORRETA: “E”.

17. (FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 6/2018) Ao dizer que, salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro está referindo-se à

- anterioridade legal
- resilição.
- retroação da lei.
- repristinação.
- sub-rogação.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Pelo princípio da anterioridade legal, uma lei só incide a determinado fato se previamente em vigência.

Alternativa “b”: A resilição é forma de extinção do contrato diante de simples manifestação de vontade das partes.

Alternativa “c”: Em regra, a lei nova não retroage, salvo disposição em sentido contrário, quando ainda assim deve-se respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

Alternativa “d”: A lei “A” foi revogada pela Lei “B”, a qual veio a ser revogada pela Lei “C”. A repristinação ocorreria se a Lei “A” voltasse a ter vigência pela revogação da Lei “C”. Mas, não há repristinação, salvo disposição expressa em contrário na Lei “C” (art. 2º, § 3º, LINDB).

Alternativa “e”: Sub-rogação é a alteração de sujeito ou objeto da relação jurídica.

ALTERNATIVA CORRETA: “D”.

18. (FCC – Analista Judiciário – Oficial de Just. Avaiador – TRT 24/2017) Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, NÃO é requisito essencial para a sentença proferida no estrangeiro ser executada no Brasil

- a homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
- a tradução por intérprete autorizado.
- o trânsito em julgado para as partes.
- a citação regular das partes ou verificação legal da ocorrência da revelia.
- a prolação por juiz competente.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: com a Emenda Constitucional n. 45, a competência para homologação da sentença estrangeira passou a ser do Superior Tribunal de Justiça (art. 105, I, i, da CF/88).

Alternativa “b”: no Brasil, qualquer procedimento judicial deve ser em língua portuguesa. Desse

modo, a homologação de sentença estrangeira deve ser previamente traduzida por profissional autorizado, dotado de fé pública (art. 15, d, LINDB)

Alternativa “c”: é indispensável que não caiba mais recurso no País estrangeiro para que a sentença seja homologada pelo STJ (art. 15, c, LINDB).

Alternativa “d”: é preciso que no processo de origem tenha sido observado o devido processo legal e seus consectários, como a possibilidade do exercício do contraditório. Assim, ou a parte deve ter sido citada ou a revelia foi decretada na forma da lei (art. 15, b, LINDB).

Alternativa “e”: a competência é pressuposto de validade do processo e, portanto, tem que ter sido observada pelo juízo de origem (art. 15, a, LINDB).

ALTERNATIVA CORRETA: “A”

19. (FCC – Analista Judiciário – Oficial de Just. Avaliador – TRT 20/2016) Com autorização de lei, a empresa “Z” descarta resíduos sólidos em área próxima a uma represa. Se revogada a lei que autoriza o descarte nesta área, a empresa “Z”

- não poderá continuar a fazê-lo, pois a lei nova possui efeito imediato e a empresa “Z” não tem direito adquirido, devendo adequar-se ao novo regime jurídico.
- não poderá continuar a fazê-lo, pois, embora a empresa “Z” tenha direito adquirido, a lei de ordem pública tem efeito retroativo.
- poderá continuar a fazê-lo, pois a empresa “Z” tem direito adquirido, o qual obsta o efeito imediato da lei nova.
- poderá continuar a fazê-lo, pois a empresa “Z” tem direito adquirido, o qual obsta o efeito retroativo da lei nova.
- não poderá continuar a fazê-lo, pois, de acordo com as Normas de Introdução às Leis do Direito Brasileiro, a lei nova possui efeito retroativo, seja de ordem pública ou não, e a empresa “Z” não tem direito adquirido, devendo adequar-se ao novo regime jurídico.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: no caso, se trata de relação jurídica que se prologa no tempo e ainda por se tratar de questão ambiental, de ordem pública, não há que se falar em direito adquirido, motivo pelo qual a empresa não mais poderá despejar os resíduos sólidos. O fundamento jurídico que lhe autorizava fazê-lo não mais subsistem.

Alternativa “b”: a lei nova não tem efeito retroativo, mas a empresa não tem direito adquirido por se tratar de questão de ordem pública.

Alternativa “c”: a empresa não tem direito adquirido sobre questão de ordem pública e a lei nova não retroage de acordo com a LINDB.

Alternativa “d”: a empresa não tem direito adquirido sobre questão de ordem pública e a lei nova não retroage de acordo com a LINDB.

Alternativa “e”: a empresa não tem direito adquirido sobre questão de ordem pública e a lei nova não retroage de acordo com a LINDB.

ALTERNATIVA CORRETA: “A”

20. (FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 20/2016) Maria trabalhou durante o tempo previsto, em legislação pertinente, para pedir sua aposentação. Não obstante, optou por continuar trabalhando, deixando de formular pedido de concessão do benefício. Caso lei nova altere as regras para a aposentação, Maria

- poderá alegar direito adquirido ao benefício, mas este se regerá pela lei nova, a qual tem efeito imediato.
- poderá alegar direito adquirido ao benefício, que será regido pela lei revogada.
- será atingida pela lei nova, pois possui mera expectativa de direito ao benefício.
- será atingida pela lei nova, pois possui mera faculdade jurídica de requerer o benefício.
- poderá alegar direito adquirido ao benefício, mas este se regerá pela lei nova, a qual tem efeito retroativo.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: a nova lei, em nome da segurança jurídica, não tem efeito sobre o direito adquirido por Maria à aposentação, que é regido pela lei revogada.

Alternativa “b” – correta: Maria obteve o direito adquirido, porque, na vigência da norma, atingiu todos os requisitos legais para se aposentar. A lei nova não tem efeito jurídico em relação a ela.

Alternativa “c”: Maria teve o direito adquirido à aposentação de acordo com a lei revogada, na vigência da qual preencheu todos os requisitos exigidos para se aposentar.

Alternativa “d”: trata-se de questão de ordem pública e normas cogentes. Maria não tem a faculdade de optar por uma outra lei, mas terá a aposentadoria concedida nos termos da lei revogada.

Alternativa “e”: a lei nova não retroage e deve respeitar o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito.

ALTERNATIVA CORRETA: “B”

21. (FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 23/2016) Objetivando construir uma casa, Cássio adquiriu terreno no qual existe um pequeno riacho. Depois da aquisição, entrou em vigor lei proibindo a construção em terrenos urbanos nos quais haja qualquer tipo de curso d'água. Referida lei possui efeito

- imediatamente, atingindo Cássio, porque este não possui direito adquirido.
- retroativo, por tratar de meio ambiente, atingindo Cássio, porque a lei de ordem pública se sobrepõe ao direito adquirido.
- imediatamente, mas não atinge Cássio, porque a lei de ordem pública não se sobrepõe ao direito adquirido.
- imediatamente, atingindo Cássio, porque a lei de ordem pública se sobrepõe ao direito adquirido.
- retroativo, por tratar de meio ambiente, mas não atinge Cássio, porque a lei de ordem pública não se sobrepõe ao direito adquirido.

COMENTÁRIOS

Alternativa "a": não há direito adquirido em relação a regime jurídico relacionado a ordem pública, como leis ambientais e de posturas municipais. Cássio tem direito adquirido em relação ao direito de propriedade, mas essa se vê limitada pela lei de ordem geral, que impede a construção em áreas em que há curso d'água.

Alternativa "b": não há retroatividade da lei em comento, que passa a obrigar todos os proprietários de imóveis em que há curso d'água a não construir.

Alternativa "c": o efeito da lei é imediato, mas atinge Cássio por se tratar de lei de ordem pública.

Alternativa "d": Cássio não tem direito adquirido em relação a questões de ordem pública.

Alternativa "e": o efeito da lei é imediato, pois a obrigação surge com a sua promulgação e Cássio não tem direito adquirido, porque não existe este em relação a questões de ordem pública.

ALTERNATIVA CORRETA: "A".

22. (FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária – Oficial de Justiça Avaliador – TRT 23/2016) Janete é filha de Gildete, que possui muitos bens. Considerar-se-á, em caso de conflito de leis no tempo, que Janete possui, em relação à futura herança de Gildete, que ainda está viva,

- direito sob condição suspensiva, que se equipara a direito adquirido.
- mera expectativa de direito.
- direito adquirido.

- direito sob condição suspensiva, que não se equipara a direito adquirido.
- direito a termo, inalterável ao arbítrio de Gildete, que se equipara a direito adquirido.

COMENTÁRIOS

Alternativa "a": a morte de Gildete é evento certo, só não se sabe quando ela vai morrer. A condição exige evento futuro e incerto.

Alternativa "b": trata-se de mera expectativa de direitos, porque a herança é um direito que se adquire com a morte do seu autor, no caso, Gildete.

Alternativa "c": não é direito adquirido, pois a herança só se adquire com a morte do seu autor.

Alternativa "d": não se trata de condição suspensiva, porque esta depende de evento futuro e incerto e a morte de Gildete é evento certo. Ademais, a condição suspensiva não se equipara a direito adquirido, mas pode o seu titular valer-se dos meios de conservação de seu interesse.

Alternativa "e": trata-se de termo, porque a morte de Gildete é evento certo. Não se equipara a direito adquirido, porque não houve a morte de Gildete. E, por fim, Gildete pode, presentes os requisitos legais, deserdar Janete.

ALTERNATIVA CORRETA: "B".

23. (FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária – Oficial de Justiça Avaliador – TRT 23/2016) Assinale a opção correta, em relação à classificação e à eficácia das leis no tempo e no espaço.

- Quanto à eficácia da lei no espaço, no Brasil se adota o princípio da territorialidade moderada, que permite, em alguns casos, que lei estrangeira seja aplicada dentro de território brasileiro.
- De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), em regra, a lei revogada é restaurada quando a lei revogadora perde a vigência.
- Por ser o direito civil ramo do direito privado, impera o princípio da autonomia de vontade, de forma que as partes podem, de comum acordo, afastar a imperatividade das leis denominadas cogentes.
- A lei entra em vigor somente depois de transcorrido o prazo da *vacatio legis*, e não com sua publicação em órgão oficial.
- Dado o princípio da continuidade, a lei terá vigência enquanto outra não a modificar ou revogar, podendo a revogação ocorrer pela derrogação, que é a supressão integral da lei, ou pela ab-rogação, quando a supressão é apenas parcial.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: pelo princípio da territorialidade, aplica-se a lei brasileira aos fatos jurídicos ocorridos no território nacional. Porém, há aplicação de lei estrangeira a alguns fatos, conforme determina a LINDB a partir do art. 7º. Por exemplo, para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados (art. 8º).

Alternativa “b”: trata-se do fenômeno da **repristinação**, em que a lei revogada é restaurada, quando a lei revogadora perde a vigência. Em regra, não ocorre a repristinação que, para acontecer, deve ser expressa (art. 2º, § 1º, LINDB).

Alternativa “c”: normas cogentes são aquelas de observação obrigatória, que não podem ser afastadas pela vontade das partes, nem mesmo em matéria civil.

Alternativa “d”: em regra, as leis só entram em vigência depois de *vacatio legis* de quarenta e cinco dias. Porém, nada impede que haja previsão que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

Alternativa “e”: a derrogação é a revogação parcial da lei, enquanto a ab-rogação é a revogação total da lei.

ALTERNATIVA CORRETA: “A”.

2. PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL

2.1. DAS PESSOAS

2.1.1. DAS PESSOAS NATURAIS

24. FCC – 2025 – TRT 1 – Analista Judiciário (Área Judiciária)

Analise as seguintes proposições sobre direitos da personalidade:

I. Em qualquer caso, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, se acarretar diminuição permanente da integridade física.

II. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

III. Os direitos da personalidade são sempre intransmissíveis e irrenunciáveis.

IV. Não é válida, com objetivo altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo para depois da morte. Está correto o que se afirma APENAS em

- I e II.
- II.
- I e III.
- III e IV.
- IV.

COMENTÁRIOS

Item “I”: Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes (art. 13, CC).

Item “II”: O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome (art. 19, CC).

Item “III”: Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária (art. 11, CC).

Item “IV”: É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte (art. 14, CC).

ALTERNATIVA CORRETA: “B”.

25. FCC – 2025 – TRT 1 – Analista Judiciário (Área Judiciária)

Suponha que dois indivíduos faleçam na mesma ocasião e não seja possível averiguar se um deles veio a óbito antes do outro. Nesse caso,

- em se tratando de relação conjugal, presume-se que o marido faleceu primeiro.
- há presunção absoluta de que a pessoa mais velha faleceu primeiro.
- há presunção relativa de que a pessoa mais velha faleceu primeiro.
- em se tratando de relação de filiação, presume-se que o ascendente faleceu antes do descendente.
- há presunção de que a morte dos indivíduos foi simultânea.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: A presunção é que ambos faleceram ao mesmo tempo (art. 8º, CC).

Alternativa “b”: A presunção é que ambos faleceram ao mesmo tempo (art. 8º, CC).

Alternativa “c”: A presunção é que ambos faleceram ao mesmo tempo (art. 8º, CC).

Alternativa “d”: A presunção é que ambos faleceram ao mesmo tempo (art. 8º, CC).

Alternativa “e”: **Trata-se do instituto da comorientação. Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos (art. 8º, CC).**

ALTERNATIVA CORRETA: “E”.

26. FGV – 2025 – TRT 24 – Analista Judiciário (Oficial de Justiça) Reaplicação

Joaquim, empresário do ramo de móveis planejados, firmou contrato de prestação de serviços, em janeiro de 2015, com a sociedade empresária *Design Total Ltda.*, especializada em *design* de interiores, para elaboração de projetos exclusivos para os clientes de sua loja. O contrato previa pagamento mensal e duração indeterminada, com cláusula de rescisão unilateral mediante aviso prévio de 30 dias. Em março de 2017, após divergências comerciais, a sociedade empresária *Design Total Ltda.* cessou as entregas dos projetos, encerrando de fato a relação contratual, embora não tenha formalizado a rescisão. Joaquim, sentindo-se prejudicado, decidiu ajuizar ação de indenização por perdas e danos contra a sociedade empresária apenas em agosto de 2023. Sobre a hipótese, considerando as regras de prescrição do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- A pretensão de Joaquim prescreve em 10 anos, conforme regra geral do Art. 205 do Código Civil.
- A ação de indenização por inadimplemento contratual prescreve em 3 anos, conforme Art. 206, §3º, inciso V, do Código Civil.
- A pretensão de Joaquim está prescrita, pois o prazo de 5 anos para a reparação contratual começou a correr a partir da assinatura do contrato, em 2015.
- A prescrição é de 1 ano, pois se trata de prestação de serviço, nos termos do Art. 206, §1º, inciso II, do Código Civil.
- A prescrição é de 3 anos, contados da data da assinatura do contrato, por analogia com o prazo de reparação civil extracontratual.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Como se trata de responsabilidade civil decorrente de relação jurídica contratual, não há previsão específica de prazo prescricional. Assim, a prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor (art. 205, CC).

Alternativa “b”: O art. 206, § 3º, V, CC, aplica-se em caso de indenização por inadimplemento extracontratual, em que o prazo prescricional é de três anos.

Alternativa “c”: A prescrição é de dez anos e começa a correr a partir do momento em que há o inadimplemento contratual.

Alternativa “d”: O art. 206, § 1º, II, CC, tratava de contrato de seguro e foi revogado pela Lei n. 15.040/2024, cuja vigência se inicia em 9/12/2025.

Alternativa “e”: Não se aplica analogia, porque não há lacuna legal, pois, à falta de previsão específica, aplica-se o prazo prescricional de dez anos, previsto no art. 205, CC.

ALTERNATIVA CORRETA: “A”.

27. FGV – 2025 – TRT 24 – Analista Judiciário (Oficial de Justiça) Reaplicação

Carlos tem 17 anos de idade e foi emancipado por seus pais por meio de instrumento público, após começar a trabalhar como programador autônomo e passar a sustentar-se com seus próprios rendimentos.

Certo dia, ele pretendeu celebrar um contrato de prestação de serviços em nome próprio, mas o contratante questionou se Carlos teria capacidade para assumir obrigações jurídicas.

Considerando as disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- Carlos é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e seus pais devem representá-lo em todos os contratos.
- Como Carlos é menor de 18 anos, é relativamente incapaz e necessita de assistência dos pais para celebrar contratos.
- A emancipação somente tem validade se for concedida por sentença judicial, com homologação do Ministério Público.
- A emancipação conferida a Carlos é válida e o torna plenamente capaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil, inclusive celebrar contratos.
- Carlos apenas poderá celebrar contratos se estiver casado, pois o casamento é o único modo de cessar a incapacidade civil antes dos 18 anos.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Com 17 anos, Carlos seria relativamente incapaz, mas como foi emancipado é considerado capaz.

Alternativa “b”: Como é emancipado, Carlos é considerado capaz.

Alternativa “c”: A emancipação, quando concedida por ambos os pais, independe de decisão judicial.

Alternativa “d”: A emancipação, outorgada por ambos os pais, é válida e torna o emancipado plenamente capaz (art. 5º, parágrafo único, CC)

Alternativa “e”: Cessará a incapacidade para os menores I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos; II - pelo casamento; III - pelo exercício de emprego público efetivo; IV - pela colação de grau em curso de ensino superior; V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

ALTERNATIVA CORRETA: “D”.

28. CEBRASPE – 2025 – TRT 10 – Analista judiciário (Área Judiciária)

Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência, na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), julgue o item a seguir. Com o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a faixa etária e a existência de deficiência mental deixaram de ser consideradas critérios para a configuração da incapacidade civil absoluta.

COMENTÁRIOS

Após a vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera-se absolutamente incapaz apenas o menor de dezesseis anos (art. 3º, CC).

ITEM CERTO.

29. FCC – 2024 – TRT 20 – Técnico Judiciário (Área Administrativa)

Armando reside com ânimo definitivo em Aracaju, visita esporadicamente Itabaiana e exerce sua profissão em empresa situada em Lagarto e Laranjeiras, onde se situa a sede. De acordo com o Código Civil, considera(m)-se domicílio(s) profissional(ais) de Armando, exclusivamente quanto às relações concernentes à sua profissão:

- Laranjeiras, somente.
- Lagarto e Laranjeiras, para as relações que lhe corresponderem.
- Aracaju, Lagarto e Laranjeiras.
- Aracaju, Lagarto, Laranjeiras e Itabaiana.
- Aracaju e Laranjeiras.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Lagarto também é domicílio profissional de Armando em relação às obrigações concernentes à sua profissão.

Alternativa “b”: É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida (art. 72, CC). Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem (art. 72, parágrafo único, CC). Logo, Lagarto e Laranjeiras são domicílios profissionais de Armando.

Alternativa “c”: Aracaju é domicílio de Armando, porque é a sua residência com ânimo definitivo, mas não é domicílio profissional.

Alternativa “d”: Itabaiana não é domicílio de Armando, porque não é sua residência com ânimo definitivo.

Alternativa “e”: Aracaju é domicílio de Armando, porque é a sua residência com ânimo

definitivo, mas não é domicílio profissional. Laranjeiras e Lagarto são o domicílio profissional de Armando.

ALTERNATIVA CORRETA: “B”.

30. (FCC – 2022 – TRT 14 – Analista Judiciário – Área Judiciária) João foi concebido no dia 01 de janeiro de 2004, nasceu no dia 02 de outubro de 2004 e teve o seu nascimento registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais no dia 03 de outubro de 2004. Aos 16 anos, no dia 04 de outubro de 2020, foi emancipado pelos seus pais, tendo atingido a maioridade aos 18 anos, no dia 02 de outubro de 2022. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, João adquiriu personalidade civil em

- 01 de janeiro de 2004.
- 02 de outubro de 2004.
- 03 de outubro de 2004.
- 04 de outubro de 2020.
- 02 de outubro de 2022.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: A partir do dia 1º de janeiro de 2004, João é considerado nascituro e, portanto, mesmo ainda sem gozar de personalidade jurídica, tem os direitos colocados a salvo (art. 2º, CC).

Alternativa “b”: O CC/02 adotou a teoria natalista e, portanto, a personalidade jurídica se inicia com o nascimento com vida (art. 2º, CC), que, no caso, ocorreu no dia 2 de outubro de 2004.

Alternativa “c”: O registro do nascimento no Cartório dá publicidade ao ato, mas a personalidade jurídica se inicia com o nascimento com vida.

Alternativa “d”: Com a emancipação, João tem cessada a sua incapacidade.

Alternativa “e”: Como João já era emancipado, ao atingir os 18 anos, não há efeito jurídico relevante para João, no que tange à sua capacidade.

ALTERNATIVA CORRETA: “B”.

31. (FCC – 2023 – TRT 21 – Analista Judiciário – Área Judiciária) Arnaldo tem 21 anos e é pródigo. Bruna tem 95 anos e, por causa permanente, não é capaz de exprimir sua vontade, Cláudia tem 16 anos e é casada. Daniel tem 15 anos e é viciado em tóxico. De acordo com o Código Civil,

- apenas Arnaldo, Bruna e Cláudia são relativamente incapazes.
- todos eles são relativamente incapazes.
- todos eles são absolutamente incapazes.
- apenas Arnaldo e Bruna são relativamente incapazes.

- e) apenas Bruna e Daniel são absolutamente incapazes.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Com o casamento, cessou-se a incapacidade de Cláudia (art. 5º parágrafo único, CC).

Alternativa “b”: Cláudia é capaz em razão do casamento (art. 5º parágrafo único, CC) e Daniel é absolutamente incapaz por ser menor de dezesseis anos (art. 3º, CC).

Alternativa “c”: Apenas Daniel é absolutamente incapaz (art. 3º, CC).

Alternativa “d”: Arnaldo é relativamente incapaz por ser pródigo (art. 4º, IV, CC) e Bruna, também, por não ser capaz de exprimir sua vontade em razão de causa permanente (art. 4º, III, CC).

Alternativa “e”: Bruna é relativamente incapaz (art. 4º, III, CC) e Daniel, absolutamente incapaz (art. 3º, CC).

ALTERNATIVA CORRETA: “D”.

32. (FCC – 2023 – TRT 12 – Oficial de Justiça) Segundo o Código Civil, os direitos da personalidade

- asseguram proteção ao prenome, mas não ao sobrenome.
- são extintos com a morte da pessoa natural.
- são intransmissíveis e irrenunciáveis, com exceção dos casos previstos em lei.
- vedam, em qualquer caso, atos de disposição do próprio corpo.
- não abarcam a proteção ao pseudônimo adotado para atividades lícitas.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: O nome é um direito da personalidade. E, no nome, estão compreendidos o prenome e o sobrenome (art. 16, CC).

Alternativa “b”: Mesmo após a morte, os direitos da personalidade podem ser tutelados pelo cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau (art. 12, parágrafo único, CC).

Alternativa “c”: Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária (art. 11, CC).

Alternativa “d”: O CC prevê que, em regra, são vedados atos de disposição do próprio corpo, exceto no caso de exigência médica, para fins de transplante, conforme lei específica, e com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte (arts. 13 e 14, CC).

Alternativa “e”: O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome (art. 19, CC).

ALTERNATIVA CORRETA: “C”.

33. (FCC – 2023 – TRT 17 – Analista Judiciário – Área Judiciária) No tocante aos atos da vida civil, as pessoas naturais que não puderem exprimir sua vontade são consideradas

- absolutamente incapazes, mesmo que tal impossibilidade decorra de causa transitória.
- absolutamente incapazes, desde que tal impossibilidade decorra de causa permanente.
- relativamente incapazes, mesmo que tal impossibilidade decorra de causa transitória.
- relativamente incapazes, desde que tal impossibilidade decorra de causa permanente.
- plenamente capazes, mas devem ser representadas.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Na atual sistemática, apenas os menores de dezesseis anos são absolutamente incapazes (art. 3º, CC).

Alternativa “b”: Apenas os menores de dezesseis anos são absolutamente incapazes.

Alternativa “c”: São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade (art. 4º, III, CC).

Alternativa “d”: Trata-se de relativamente incapazes, se a impossibilidade for permanente ou transitória.

Alternativa “e”: São relativamente incapazes, motivo pelo qual devem ser representados por seus responsáveis para os atos da vida civil.

ALTERNATIVA CORRETA: “C”.

34. (FCC – 2022 – TRT 14 – Analista Judiciário – Área Judiciária) De acordo com o Código Civil, com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são

- irrenunciáveis, intransmissíveis e o seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.
- transmissíveis, porém irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- irrenunciáveis, porém transmissíveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- transmissíveis, porém irrenunciáveis, e o seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.
- irrenunciáveis, porém transmissíveis, e o seu exercício não pode sofrer limitação voluntária.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária (art. 11, CC).

Alternativa “b”: Em regra, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária (art. 11, CC).

Alternativa “c”: Em regra, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária (art. 11, CC).

Alternativa “d”: Em regra, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária (art. 11, CC).

Alternativa “e”: Em regra, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária (art. 11, CC).

ALTERNATIVA CORRETA: “A”

35. (FUMARC – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 3/2022) Acerca dos direitos da personalidade, é CORRETO afirmar:

- A disposição do próprio corpo é vedada para qualquer fim e em qualquer hipótese.
- A possibilidade de sua defesa se encerra com a morte do titular.
- Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico.
- O ato de disposição do próprio corpo depois da morte não pode ser revogado.
- O pseudônimo não possui proteção jurídica.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: A disposição do próprio corpo é permitida, quando não importar diminuição permanente da integridade física, ou não contrariar os bons costumes. Além disso, é permitido no caso de exigência médica e para fins de transplante é possível a disposição do próprio corpo (art. 13, CC).

Alternativa “b”: Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer medidas de tutela a direito de personalidade o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau (art. 12, parágrafo único, CC).

Alternativa “c”: Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica (art. 15, CC).

Alternativa “d”: O ato de disposição do próprio corpo pode ser livremente revogado a qualquer tempo (art. 14, parágrafo único, CC).

Alternativa “e”: O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome (art. 19, CC).

ALTERNATIVA CORRETA: “C”

36. (FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 16/2022) Cristina e Paulo, pais de Ana, de 21 anos, e de Túlio, de 17 anos, relatam que seus filhos saíram para uma viagem de barco com amigos há quinze dias e, desde então, não possuem notícias de nenhum dos dois. As únicas informações que possuem são de que Túlio se desentendeu com um outro integrante do grupo e não chegou a embarcar, mas que Ana decidiu seguir viagem, como informado pela própria filha aos pais por mensagem. Relatam ainda que, como Túlio não havia retornado para casa e nem dado notícias, tentaram entrar em contato com Ana no dia seguinte, mas sem sucesso. Informam ainda que tiveram ciência de que havia ocorrido uma forte tempestade na noite em que se iniciou a viagem de barco e que, desde então, não se tinha notícias de nenhum dos integrantes do grupo que havia embarcado, assim como a guarda costeira não havia localizado o barco.

Diante da situação, procuram assessoria jurídica especializada a fim de receberem orientações jurídicas sobre como proceder em razão dos últimos acontecimentos envolvendo seus filhos. Ante a situação hipotética narrada, analise os itens a seguir:

- Após esgotadas as buscas e averiguações, Ana e Túlio serão ambos declarados presumidamente mortos sem a decretação de ausência.
- Após esgotadas as buscas e averiguações, Cristina e Paulo deverão promover as respectivas ações declaratórias de ausência de ambos os seus filhos.
- Após esgotadas as buscas e averiguações, sem qualquer notícia de ambos os filhos, Ana não poderá ser declarada presumidamente morta sem a decretação de ausência.
- Após esgotadas as buscas e averiguações, sem qualquer notícia de ambos os filhos, Túlio poderá ser declarado presumidamente morto após a decretação de ausência.

Está correto o que se afirma em

- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.
- III e IV, apenas.
- II e IV, apenas.

COMENTÁRIOS

Item “I”: A declaração de morte presumida sem declaração de ausência se dá no caso em for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida (art. 7º, I, CC). Em verdade, não há elementos que indiquem se realmente Ana e, principalmente, Túlio corria risco de vida.

Item “II”: Para declaração de ausência, não é necessário que as buscas sejam esgotadas. Basta que haja desaparecimento de uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens (art. 22, CC).

Item “III”: Se demonstrado que Ana estava em perigo de vida, sendo provável a sua morte, depois de esgotadas as buscas, pode ser declarada a sua morte presumida, mesmo que não haja declaração de ausência.

Item “IV”: Se demonstrado que Túlio estava em perigo de vida, sendo provável a sua morte, depois de esgotadas as buscas, pode ser declarada a sua morte presumida, mesmo que não haja declaração de ausência.

A QUESTÃO FOI ANULADA.

37. (FGV – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 13/2022) Uma determinada Clínica de Estética utilizou o apelido de uma famosa influenciadora digital em sua publicidade, sem autorização prévia. No conteúdo publicitário, constava a influenciadora como uma das principais clientes do estabelecimento.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- No ordenamento jurídico brasileiro, apenas o nome goza de proteção, mas não o pseudônimo.
- O uso do apelido, sem autorização prévia, é válido, desde que atenda ao princípio da veracidade.
- A Clínica de Estética não deve ressarcir por qualquer dano, visto que se encontrava no exercício do seu direito de informar.
- Sem autorização, não se pode usar o nome de uma pessoa em propaganda comercial, sendo que a proteção alcança também o pseudônimo.
- Na situação narrada, não há dano pelo uso do apelido, pois a influenciadora digital é uma personalidade pública, não gozando de tutela jurídica.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome. (art. 19, CC).

Alternativa “b”: O apelido (pseudônimo) recebe a mesma proteção que o nome. Logo, a sua utilização para fins de propaganda comercial depende de autorização prévia.

Alternativa “c”: A clínica deveria pedir a autorização prévia para utilização do nome ou do pseudônimo da pessoa.

Alternativa “d”: Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial (art. 18, CC). O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome. (art. 19, CC).

Alternativa “e”: O nome é um direito da personalidade e, portanto, mesmo que seja pessoa pública, ele goza de elevada tutela jurídica, como a necessidade de prévia autorização para uso em propaganda comercial. Ao pseudônimo, se aplicam as disposições que tutelam o nome.

ALTERNATIVA CORRETA: “D”.

38. (FCC – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal – TRT 23/2022) De acordo com o Código Civil, a morte presumida da pessoa

- não pode ser judicialmente declarada sem que haja requerimento de algum dos seus sucessores.
- pode ser declarada mesmo sem decretação de ausência.
- só pode ser declarada se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- não autoriza a abertura da sucessão antes de decorridos dez anos do trânsito em julgado da sentença que a declarar.
- pode ser registrada em registro público independentemente de declaração judicial em casos de catástrofes naturais.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Têm interesse em requerer a morte presumida I – o cônjuge não separado judicialmente; II – os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários; III – os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte; IV – os credores de obrigações vencidas e não pagas. Há entendimento de que a morte presumida também pode ser requerida por aqueles que têm legitimidade para abertura de inventário, como o Ministério Público e a Fazenda Pública, nos termos do art. 616, CPC.

Alternativa “b”: A morte presumida pode ser decretada com ou sem declaração de ausência (arts. 6º e 7º, CC).

Alternativa “c”: Sem declaração de ausência, a morte presumida pode ser decretada: I – se for extremamente provável a morte de quem

estava em perigo de vida; II – se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra (art. 7º, CC). Já a ausência, que autoriza a declaração de morte presumida após a abertura de sucessão definitiva, ocorre quando a pessoa desaparecer do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens (art. 22, CC).

Alternativa “d”: A sentença que declarar a morte presumida tem efeitos imediatos. No caso de ausência, regressando o ausente nos dez anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, receberá os bens no estado em que se encontrem (art. 39, CC). Há entendimento no sentido de que esse dispositivo também se aplica à morte presumida sem declaração de ausência.

Alternativa “e”: Seja qual for o motivo da morte presumida, a sentença deve ser registrada no Registro Público (art. 9º, IV, CC).

ALTERNATIVA CORRETA: “B”.

39. (FCC – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal – TRT 22/2022) De acordo com o Código Civil, a capacidade de fato

- é relativa para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- cessa para aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- é plena desde a concepção.
- presume-se relativa até prova em contrário.
- é plena desde o nascimento com vida, colocando-se a salvo, porém, os direitos do nascituro, desde a concepção.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Toda e qualquer pessoa possui capacidade de direito. Mas, a capacidade de fato é graduada. Assim, os maiores de dezesseis anos e os menores de dezoito são relativamente incapazes (art. 4º, I, CC).

Alternativa “b”: São relativamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade (art. 4º, III, CC).

Alternativa “c”: Desde a concepção, são resguardados os direitos do nascituro. Com o nascimento com vida, surge a capacidade de direito, que é plena. Já a capacidade de fato é graduada.

Alternativa “d”: A capacidade de fato se presume até que se prove a existência de fato que torne a pessoa absoluta ou relativamente incapaz.

Alternativa “e”: É plena a capacidade de direito desde o nascimento com vida, colocando-se a salvo os direitos do nascituro.

ALTERNATIVA CORRETA: “A”.

40. (FCC – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal – TRT 17/2022) Considere as seguintes assertivas acerca do domicílio:

- Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio somente aquela que eleger, ou, na falta de eleição, aquela onde passe a maior parte do tempo.
- Mesmo possuindo estabelecimentos em lugares diferentes, só se considera domicílio da pessoa jurídica de direito privado o local da sua sede, conforme definido no seu estatuto ou ato constitutivo.
- O domicílio do incapaz é o de seu representante ou assistente, sendo essa uma das hipóteses legais de domicílio necessário.
- O preso possui domicílio necessário no lugar onde manteve a última residência previamente ao início do cumprimento da sentença penal condenatória.
- Considera-se domicílio da pessoa natural o local onde exerce a sua profissão, mas apenas no tocante às relações a esta concernentes.
 - I e II.
 - I e III.
 - II e IV.
 - III e V.
 - IV e V.

COMENTÁRIOS

Item “I”: Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas (art. 71, CC).

Item “II”: Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados (art. 75, § 1º, CC).

Item “III”: Tem domicílio necessário (legal) o incapaz, que será o mesmo do seu representante legal ou assistente (art. 76, caput e parágrafo único, CC).

Item “IV”: Tem domicílio necessário (legal) o preso, que será o lugar em que cumprir a sentença (art. 76, caput e parágrafo único, CC).

Item “V”: O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo (art. 70, CC).

ALTERNATIVA CORRETA: “D”.



Revisação®

**COORDENAÇÃO
HENRIQUE CORREIA**

Carreiras Trabalhistas

ANALISTA E TÉCNICO DO TRT

TOMO 2

PROIBIDA A VENDA
apenas deste tomo

9ª
edição

Revista
atualizada
ampliada

2026

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



Matemática

*Marcelo Sbicca e
Marcos Alexandre Bosso*

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES

Distribuição das questões organizada por ordem didática de assuntos		
Assunto	Número de Questões	Peso
1. NÚMEROS, OPERAÇÕES E EXPRESSÕES MATEMÁTICAS	28	15,30%
2. MÉDIA	12	6,56%
3. PROPORCIONALIDADE	36	19,67%
4. EQUAÇÕES E SISTEMA DE EQUAÇÕES	20	10,93%
5. PORCENTAGEM	29	15,85%
6. ANÁLISE COMBINATÓRIA	5	2,73%
7. PROBABILIDADE	6	3,28%
8. VELOCIDADE	4	2,19%
9. PROBLEMAS MATEMÁTICOS	36	19,67%
10. GEOMETRIA BÁSICA	4	2,19%
11. NOÇÕES DE ESTATÍSTICA		
Total	183	100%

✦ QUESTÕES

1. NÚMEROS, OPERAÇÕES E EXPRESSÕES MATEMÁTICAS

01. (FCC – Analista Judiciário – Engenharia Segurança – TRT 15ªR – 2025) Uma indústria de pequeno porte possui 40 trabalhadores, sendo que cada um trabalha uma quantidade diferente de horas por mês, conforme apresentado na tabela a seguir.

Quantidade de trabalhadores	Horas trabalhadas por cada um por mês (h)
10	200
5	150
5	100

Com base nos dados apresentados, o cálculo de horas-homem de exposição ao risco é igual a

- a) 1250
- b) 2000
- c) 500
- d) 750
- e) 3250

COMENTÁRIOS

A indústria tem 40 funcionários, dos quais, 20 estão em exposição ao risco. Não está explícito tal informação no enunciado, entretanto, é o que se infere, principalmente por causa da tabela.

Assim, inferimos que a quantidade de funcionário apresentada na tabela, representa os trabalhadores em exposição ao risco.

A questão exige mais interpretação do que a matemática propriamente dita.

Superada a situação de aparente divergência em relação à quantidade de trabalhadores, basta a totalização das horas de exposição ao risco.

Quantidade de Trabalhadores	Horas de trabalho por homem, por mês	Total por homem, por mês
10	200	2000 (10 x 200)
5	150	750 (5 x 150)
5	100	500 (5 x 100)
20		3250

Resposta: O total de horas-homem de exposição ao risco é igual a 3250.

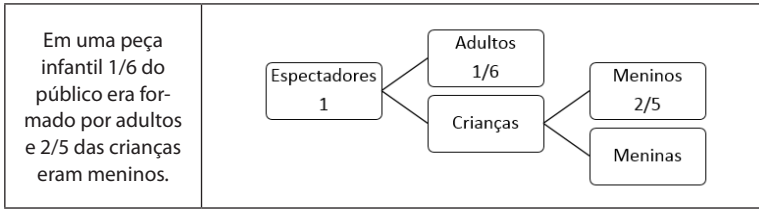
Gabarito: E

02. (FCC – Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT 15ªR – 2025) Em uma peça infantil $\frac{1}{6}$ do público era formado por adultos e $\frac{2}{5}$ das crianças eram meninas. A proporção de crianças meninas no público era

- a) $\frac{2}{3}$.
- b) $\frac{1}{5}$.
- c) $\frac{1}{4}$.
- d) $\frac{1}{2}$.
- e) $\frac{1}{3}$.

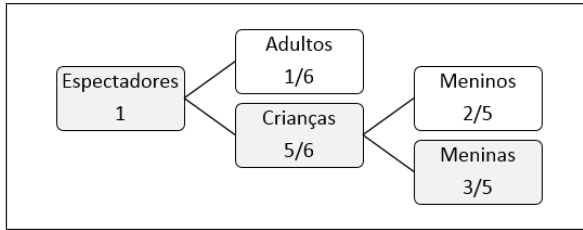
COMENTÁRIOS

Não há qualquer informação sobre o número de pessoas que assistiu a peça infantil, apenas as frações que representam a proporcionalidade das parcelas de espectadores. É com isso que vamos trabalhar, partindo de um inteiro ou a totalidade de espectadores.



No quadro acima estão os dados disponibilizados a partir dos quais buscaremos a proporção de crianças meninas no público.

Aproveitando o quadro, a equação matemática é a representação da parte em destaque.



Daí chegamos a:

Proporção de Meninas (M)	$M = 1 \cdot \frac{5}{6} \cdot \frac{3}{5}$
	$M = \frac{15}{30}$
	$M = \frac{1}{2}$

O número 1 é o elemento neutro da multiplicação, entretanto, consta na equação acima para que você tenha total entendimento de como montar a equação para esse tipo de questão. Imaginando a hipótese do examinador definir a quantidade de espectadores, teríamos um número não neutro, diferente de 1.

Resposta: A proporção de crianças meninas no público foi de 1/2.

Gabarito: D

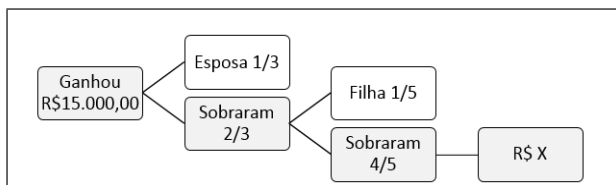
03. (FCC – Analista Judiciário – Tecnologia da Informação – TRT 1ªR – 2025) José ganhou na loteria R\$ 15.000,00. Deu 1/3 de presente para sua esposa e 1/5 do que sobrou para sua filha. A quantia do prêmio que sobrou para José após presentear a esposa e a filha foi de

- R\$ 6.500,00
- R\$ 7.000,00
- R\$ 8.000,00
- R\$ 3.500,00
- R\$ 5.000,00

COMENTÁRIOS

🔗 **Nota dos autores:** A questão apresenta o problema de maneira objetiva, fracionamento e divisão do valor que José ganhou como prêmio na loteria. Mesmo sendo de baixo nível de dificuldade, ao trabalhar com a estrutura do fracionamento é aconselhável, para evitar qualquer possível engano na resolução e, principalmente, como treinamento para enfrentar outra questão mais complexa sobre o tema, fazer o esquema apresentado no quadro abaixo:

- José ganhou na loteria R\$ 15.000,00. Deu 1/3 de presente para sua esposa e 1/5 do que sobrou para sua filha.



Está pronta a representação de como foi distribuído o prêmio que José ganhou. São números e frações que permitem operações de cabeça sem maiores problemas, mesmo assim, deixaremos a resolução matemática por meio de uma única equação, considerando o caminho (em destaque acima) até o valor R\$ X, ou seja, a quantia que sobrou para José.

Equação Matemática	$X = 15.000,00 \cdot 2/3 \cdot 4/5$
	$X = 15.000,00 \cdot 8/15$
	$X = 1.000,00 \cdot 8$
	$X = 8.000,00$

Resposta: A quantia do prêmio que sobrou para José após presentear a esposa e a filha foi de R\$ 8.000,00

Gabarito: C

04. (FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 1ªR – 2025) Trezentas e cinquenta pessoas participam de um teste para cantar em um coral. A razão entre o número de pessoas que passaram no teste e o número de pessoas que não passaram é, nessa ordem, $3/4$. Ainda, sabe-se que $1/6$ das pessoas que passaram no teste eram adolescentes. O número de pessoas que passaram no teste e não são adolescentes é

- 125
- 100
- 50
- 75
- 25

COMENTÁRIOS

Um breve comentário antes de iniciarmos a resolução da questão.

O texto do enunciado descreve “A razão entre o número de pessoas que passaram no teste e o número de pessoas que não passaram é, nessa ordem, $3/4$ ”.

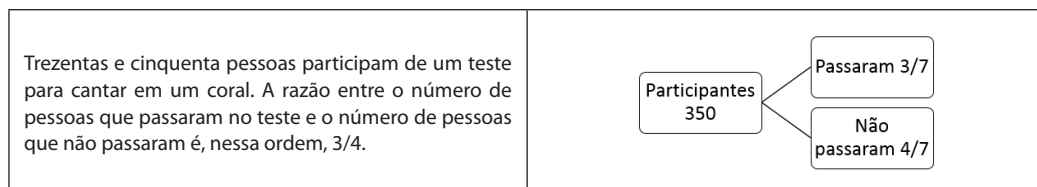
✪ **Nota dos autores:** A razão destina-se, principalmente, à comparação de valores, entretanto, nada mais é senão uma fração ou divisão cujo numerador é o primeiro número relatado e o denominador, o segundo. Esta relação numerador e denominador é padrão, ou seja, mesmo que o enunciado não informasse “nessa ordem”, saberíamos que a posição do primeiro número e do segundo são, respectivamente, numerador e denominador.

Estamos falando de fração, portanto, atenção à interpretação.

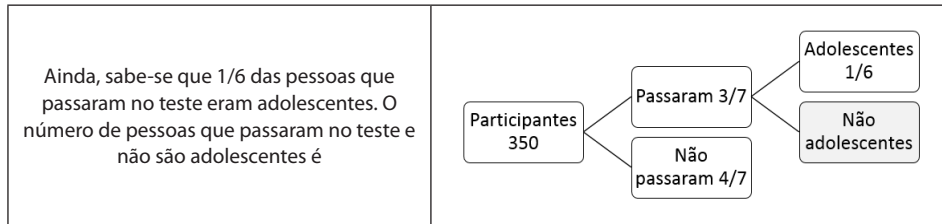
“A razão entre o número de pessoas que passaram no teste e o número de pessoas que não passaram é, nessa ordem, $3/4$ ”	Significa que: 3 de cada 7 pessoas passaram no teste. 4 de cada 7 pessoas não passaram no teste.
---	--

Cuidado para **não** considerar o número das pessoas aprovadas no teste para cantar no coral sendo igual a $3/4$ do total de participantes.

Posto isto, sabendo tratar-se de fração e como estamos acostumados, preparamos o terreno com a estruturação do problema proposto.



Na sequência, o texto informa:



Agora, por meio da estrutura montada, vamos à equação matemática seguindo o caminho até o quadro marcado, conforme solicitado na questão, os não adolescentes no grupo de aprovados, representado por $5/6$.

Aprovados Não adolescentes (X)	$X = 350 \cdot 3/7 \cdot 5/6$
Simplificação: 35 e 7; 3 e 6	$X = 50 \cdot 1 \cdot 5/2$ $X = 250/2$ $X = 125$

Resposta: O número de pessoas que passaram no teste e não são adolescentes é igual 125.

Gabarito: A

05. (FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 1ªR – 2025) Um número inteiro e positivo é chamado de bidivisível se ele é divisível por sua unidade e por sua dezena, por exemplo, 36 é bidivisível, pois é divisível por 3 e por 6. A quantidade de números bidivisíveis entre 10 e 30 é

- 2
- 6
- 4
- 5
- 3

COMENTÁRIOS

🔄 **Nota dos Autores:** Este foi o momento criatividade que aflorou no examinador enquanto preparava a prova. Número bidivisível não é assunto regular na grade curricular do ensino médio ou na graduação, tão pouco está no radar dos cursos preparatórios para concursos, então, o ineditismo atingiu todo candidato que prestou este concurso. Ou seja, sendo a questão e o assunto desconhecidos, passamos à resolução, em linguagem popular, braçal.

Ainda que seja novidade, aquele que estudou matemática guarda alguma vantagem. Vamos aos detalhes, poupando a repetição da explicação sobre o que é um número bidivisível, vez que se encontra no enunciado.

- Números entre 10 e 30

10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
30									

O primeiro da lista, número 10, é divisível por 1 e não é divisível por 0, logo, não é bidivisível.

Por esta primeira análise, duas conclusões são possíveis. Primeiro, não há necessidade de verificar o número da dezena na primeira linha, divisão por 1. Segundo, não existe divisão por zero, daí excluímos os números 20 e 30.

10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
30									

Restante da primeira linha não há o que fazer senão testar cada um considerando apenas a divisão pelas unidades: 1 para o número 11; 2 para o número 12 e assim por diante.

10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
30									

Encontramos três números bidivisíveis.

Na segunda linha, todos levam o algarismo 2 na dezena, consequentemente, procuramos números pares (divisíveis por 2).

10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
30									

O que fizemos foi reduzir a quantidade de testes na confirmação de ser ou não um número bidivisível.

Para os restantes, resta checar se eles são divisíveis pelas suas respectivas unidades.

10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
30									

Resposta: São 5 os números bidivisíveis:

- 11. O número 11 é divisível por 1.
- 12. O número 12 é divisível por 1 e por 2.
- 15. O número 15 é divisível por 1 e por 5.
- 22. O número 22 é divisível por 2.
- 24. O número 24 é divisível por 2 e por 4.

Gabarito: D

06. (FCC – Analista Judiciário – Tecnologia da Informação– TRT 1ªR – 2025) O valor da expressão numérica $120 \div \{\sqrt{9} \times [-9 + 17 \div (-2 + 5)]\} - [7 \times (-3) - 16 \div (-2) + 2]$ é

- a) 0
- b) -2
- c) 2
- d) 1
- e) -1

COMENTÁRIOS

Não há muito o que comentar senão a preferência das operações e a ordem imposta pelos parênteses, colchetes e chaves.

Vejamos os detalhes junto com a resolução.

Expressão Numérica	$120 \div \{\sqrt{9} \times [-9 + 17 \div (-2 + 5)]\} - [7 \times (-3) - 16 \div (-2) + 2]$
Parênteses	$120 \div \{\sqrt{9} \times [-9 + 17 \div (3)]\} - [7 \times (-3) - 16 \div (-2) + 2]$
Colchetes	$120 \div \{\sqrt{9} \times [-9 + 17/3]\} - [-21 + 8 + 2]$

Duas observações:

- Primeiro, a divisão $17/3$ não é exata, razão pela qual deixamos a operação indicada de forma que, no passo seguinte, efetivamos a soma com a parcela (-9).
- Segundo, as operações de multiplicação e divisão precedem as de soma e subtração. Seguimos com os colchetes e a necessidade de m.m.c. para a soma com fração.

Colchetes	$120 \div \{\sqrt{9} \times [(-27 + 17)/3]\} - [-11]$
	$120 \div \{\sqrt{9} \times [-10/3]\} - [-11]$
	$120 \div \{\sqrt{9} \times [-10/3]\} + 11$

Outra divisão cujo resultado é uma dízima, portanto, fica a representação.

Raiz Quadrada	$120 \div \{3 \times [-10/3]\} + 11$
Chaves	$120 \div \{-30/3\} + 11$
	$120 \div \{-10\} + 11$
Divisão	$-12 + 11$
Soma	-1

Vale recordar a ordem de preferência das operações:

- Primeiro: Potenciação e radiciação
- Segundo: Multiplicação e divisão
- Terceiro: Soma e subtração

A exceção à ordem é quebrada quando estão presentes os sinais matemáticos, neste caso, resolver:

- Primeiro: Parênteses
- Segundo: Colchetes
- Terceiro: Chaves

Resposta: O resultado da expressão numérica é igual a -1.

Gabarito: E

07. (FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 1ªR – 2025) Considerando $x = 3$ e $y = 4$, o valor da expressão $6x^2 + 5xy^2 + y$ é

- 286
- 198
- 266
- 298
- 166

COMENTÁRIOS

O examinador cobra o conhecimento de operações básicas da matemática cuja resolução é classificada como fácil. Talvez, a intensão maior é privilegiar o candidato preparado que vai ganhar tempo precioso nesta resolução.

Considerar: $x = 3$ e $y = 4$	$6x^2 + 5xy^2 + y$ $6(3)^2 + 5(3)(4)^2 + 4$
--	---

Lembre-se, a exponenciação precede as demais operações, após a multiplicação e, finalmente, a adição.

Resolução	$6(9) + 15(16) + 4$ $54 + 240 + 4$ 298
------------------	--

Resposta: O valor da expressão é igual a 298.

Gabarito: D

08. (FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 1ªR – 2025) Se $x = 3$, o valor da expressão

$$\frac{2}{5} \left(-x - \frac{5}{3} \right) + \frac{(x + 12)^2}{25}$$

- a) 103/15
- b) 109/15
- c) 103/5
- d) 109/5
- e) 107/15

COMENTÁRIOS

Já que o valor de x é conhecido, substituição e direto às contas.

Expressão	$\frac{2}{5} \left(-x - \frac{5}{3} \right) + \frac{(x + 12)^2}{25}$ $\frac{2}{5} \left(-3 - \frac{5}{3} \right) + \frac{(3 + 12)^2}{25}$
Parênteses	$\frac{2}{5} \left(\frac{-9 - 5}{3} \right) + \frac{(15)^2}{25}$ $\frac{2}{5} \left(\frac{-14}{3} \right) + \frac{(15)^2}{25}$
Exponenciação	$\frac{2}{5} \left(\frac{-14}{3} \right) + \frac{225}{25}$
Multiplicação e divisão	$\frac{-28}{15} + 9$

Soma	$\frac{-28 + 135}{15}$ $\frac{107}{15}$
-------------	---

Resposta: O valor da expressão é igual a 107/15.

Gabarito: E

09. (FCC – Analista Judiciário – Engenharia Seguradora – TRT 15ªR – 2025) O administrador de certa empresa está organizando uma festa de confraternização entre os funcionários. O proprietário do salão de festas cobra R\$ 1.560,00 pelo aluguel e, além disso, cobra R\$ 35,00 pela refeição de cada pessoa.

Se cada pessoa paga R\$ 65,00 para participar da festa, o número de pessoas que terão que participar dessa festa para cobrir as despesas com aluguel é

- a) 46
- b) 52
- c) 24
- d) 36
- e) 48

COMENTÁRIOS

Para a realização da festa trabalharemos com a despesa dividida em duas partes: parte fixa e parte variável. Para cobrir o valor do aluguel, o total de despesas deve ser equivalente à receita proveniente do pagamento pela participação de cada pessoa na confraternização.

A parte fixa da despesa corresponde ao aluguel do salão, igual a R\$ 1.560,00. Já a parte variável vai depender da quantidade de pessoas, logo, despesa variável (V) é igual ao produto da quantidade de pessoas (P) por R\$ 35,00.

Quanto à receita, o cálculo será o produto também da quantidade de pessoas pelo valor a ser pago de R\$ 65,00.

Matematicamente ficamos com a seguinte igualdade.

Fixa (F) + Variável (V) = Receita (R)	$F + V = R$ $1560 + 35P = 65P$ $30P = 1560$ $P = 52$
--	--

Resposta: É necessária a participação de 52 pessoas para cobrir as despesas com aluguel.

Gabarito: B

10. (FCC – Analista Judiciário – Engenheiro Civil – TRT 15ªR – 2025) No basquete é possível marcar cestas de 3 pontos, de 2 pontos ou de 1 ponto. Em um jogo, um time marcou 86 pontos e fez 40 cestas. Se nesse jogo foram feitas 12 cestas de 3 pontos, o número de cestas de 1 ponto feitas foi

- a) 12
- b) 4
- c) 10
- d) 6
- e) 8

COMENTÁRIOS

A questão potencializa a chance de confusão se não houver uma distinção clara entre o número de cestas e pontuação de cada cesta. Atribuiremos incógnitas aos valores desconhecidos, quais sejam, número de cestas.

- X = Cesta de 1 ponto
- Y = Cesta de 2 pontos
- Z = Cesta de 3 pontos

Definidas as incógnitas, associado às informações conhecidas, temos:

Em um jogo, um time marcou 86 pontos (P)	$P = 1X + 2Y + 3Z$
e fez 40 cestas (C)	$C = X + Y + Z$

Acima, conforme alerta anterior, a diferenciação entre número de cestas e pontuação.

Sabemos também que:

- Um time marcou 86 pontos e fez 40 cestas: $P = 86$ e $C = 40$
- Nesse jogo foram feitas 12 cestas de 3 pontos: $Z = 12$

Pontos	$P = X + 2Y + 3Z$ $86 = X + 2Y + 3(12)$ $86 - 36 = X + 2Y$ $X = 50 - 2Y$
Cestas	$C = X + Y + Z$ $40 = X + Y + 12$ $Y = 28 - X$

A resposta para a questão será o valor de X , quantidade de cestas de 1 ponto, então, substituímos o valor de Y de uma equação na outra.

Sistema de Equações	$X = 50 - 2Y$
	$X = 50 - 2(28 - X)$
	$X = 50 - 56 + 2X$
	$X = 6$

Resposta: No jogo foram feitas 6 cestas de 1 ponto.

Gabarito: D

11. (FCC – Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT 12ªR – 2023) Na conta armada da figura, cada letra representa um algarismo e letras diferentes representam algarismos diferentes.

$$\begin{array}{r} + \quad X W Y M \\ \quad X W K M \\ \hline K M Y X M \end{array}$$

O valor de $X+Y+W+M+K$ é

- a) 9
- b) 8
- c) 10
- d) 15
- e) 12

COMENTÁRIOS

Poderíamos perfeitamente classificar essa questão no capítulo de lógica, entretanto, face à sua estrutura, está aqui entre as operações matemáticas.

Como trata-se de uma adição, iniciaremos pela unidade, pois há somente um número que somado a ele mesmo tem como resultado o próprio número, este é o número zero.

Unidade: M = 0	$+ \quad X W Y 0$
	$\quad X W K 0$
	$\hline K 0 Y X 0$

A partir de agora a lógica entra em ação. Para a posição das dezenas são várias opções, então, vamos verificar se existem outras possibilidades.

Veja a posição do milhar " $X + X = 0$ ", e ainda, observe que sobe uma unidade porque restou o algarismo K à esquerda.

Neste caso podemos afirmar que o valor do algarismo X é igual a 5, e consequentemente o valor de K é igual a 1.

Milhar: X = 5	$+ \quad 5 W Y 0$
	$\quad 5 W 1 0$
	$\hline 1 0 Y 5 0$

Outras posições com as letras X e K foram substituídas pelos respectivos valores.

Agora a soma da posição das dezenas ficou mais simples.

Dezena: Y = 4	$\begin{array}{r} + 5W40 \\ + 5W10 \\ \hline 10450 \end{array}$
----------------------	---

Ficou fácil, o valor de W, posição das centenas, é igual a 2.

Centena: W = 2	$\begin{array}{r} + 5240 \\ + 5210 \\ \hline 10450 \end{array}$
-----------------------	---

Resposta: O valor de "X+Y+W+M+K", "5 + 4 + 2 + 0 + 1" é igual a 12.

Gabarito: E

12. (FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 12ªR – 2023) A diferença entre a soma dos dez primeiros múltiplos de 10 e a soma dos dez primeiros múltiplos de 9 é

- a) 18
- b) 60
- c) 9
- d) 55
- e) 35

COMENTÁRIOS

Podemos pensar nas somas dos múltiplos ou mesmo em progressão aritmética, entretanto, em casos como este, considerando ainda a pressão por estar fazendo a prova de sua vida, siga pelo caminho mais básico.

Uma vez que precisamos da diferença, façamos uma a um em relação aos múltiplos.

Múltiplos de 10	Múltiplos de 9	Diferença
10	9	1
20	18	2
30	27	3

Entendeu o raciocínio?

Então, o nosso trabalho é fazer a soma das diferenças.

Soma (S) das diferenças	$S = 1+2+3+4+5+6+7+8+9+10$ $S = 55$
--------------------------------	-------------------------------------

Respostas: A diferença solicitada é igual a 55.

Gabarito: D

13. (FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 18ªR – 2023) Em cada um de 35 cartões em branco, João escreveu ou o número 3 ou o número 4. Ao final, somou os 35 números escritos e percebeu que a soma era par e múltiplo de 17. O valor da soma é

- a) 102
- b) 136
- c) 170
- d) 204
- e) 68

COMENTÁRIOS

Observe a parte inicial do enunciado: "Em cada um de 35 cartões em branco, João escreveu ou o número 3 ou o número 4". Pois bem, não dá pra imaginar que faremos várias tentativas de somatórios entre os números 3 e 4, para depois selecionar somente os resultados pares para, então, testar se são múltiplos de 17. Realmente, não parece um caminho produtivo.

Talvez a seleção de múltiplos de 17! Parece uma opção um pouco melhor, não é mesmo?

Tendo isso em vista, por que a indicação do somatórios de 35 números 3 ou 4?

Simplesmente para testar sua habilidade lógica. Por exemplo, nesse caso, vamos definir o menor e o maior resultado possível para a soma do João.

Hipótese	Somatório	Conclusão
35 cartões com o número 3	$35 \cdot 3 = 105$	105 é o menor resultado possível para a soma de João
35 cartões com o número 4	$35 \cdot 4 = 140$	140 é o maior resultado possível para a soma de João

Sequer chegamos ao final da resolução e já sabemos qual a alternativa correta.

Se não fosse a ajuda das alternativas e tivéssemos que seguir com a resolução, parece mais óbvio trabalhar com os múltiplos de 17.

Porém, mesmo assim, não precisamos de uma lista completa desses múltiplos, seria muito precioso. Faremos alguns poucos produtos até chegar no intervalo entre 105 e 140.

O produto mais simples, sem dúvidas, é a multiplicação por 10, igual a 170, que está acima do limite superior. Então, vamos tentar o produto de 17 por 8.

Múltiplo de 17 (multiplicado por 8)	$17 \cdot 8 = 136$
Múltiplo de 17 (multiplicado por 7)	$17 \cdot 7 = 119$

No intervalo entre 105 e 140 são dois múltiplos de 14, desses, apenas um é par.

Resposta: A soma de João é igual a 136.

Gabarito: B

14. (FCC – Técnico Judiciário – TRT 18ªR – 2023) A expressão em que é possível trocar "5" por "3" sem alterar o resultado é

- a) $(5+5+5+5) / 5 - 5$
- b) $(5+5+5-5) / 5$
- c) $5 + 5 - 5$
- d) $(5+5) / 5 \cdot 5$
- e) $(5+5-5) \cdot 5$

COMENTÁRIOS

Alguma dúvida quanto a ir direto às alternativas e testar uma a uma? Mesmo porque, com atenção, as operações são feitas de cabeça.

A	B	C	D	E
$(5+5+5+5) / 5 - 5$ $20 / 5 - 5$ $4 - 5$ -1	$(5+5+5-5) / 5$ $10 / 5$ 2	$5 + 5 - 5$ 5	$(5+5) / 5 \cdot 5$ $10 / 5 \cdot 5$ $2 \cdot 5$ 10	$(5+5-5) \cdot 5$ $5 \cdot 5$ 25
$(3+3+3+3) / 3 - 3$ $12 / 3 - 3$ $4 - 3$ 1	$(3+3+3-3) / 3$ $6 / 3$ 2	$3 + 3 - 3$ 3	$(3+3) / 3 \cdot 3$ $6 / 3 \cdot 3$ $2 \cdot 3$ 6	$(3+3-3) \cdot 3$ $3 \cdot 3$ 9

Resposta: Na expressão $(5+5+5-5) / 5$, a troca do "5" pelo "3" não altera o resultado.

Gabarito: B

15. (FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 18ªR – 2023) Dado que $16^n + 16^n + 16^n + 16^n = 2^{2022}$, o valor de n é

- a) 1010
- b) 1011
- c) 505
- d) 4020
- e) 504

COMENTÁRIOS

Muita atenção!! A regra de conservar a base e somar os expoentes é válida para a multiplicação de números exponenciais e aqui estamos falando de adição.

Dada a expressão	$16^n + 16^n + 16^n + 16^n = 2^{2022}$
-------------------------	--

Uma vez que o resultado da operação tem base 2, buscaremos transformar a expressão em multiplicação, assim teremos:

Resolução passo a passo	$16^n + 16^n + 16^n + 16^n = 2^{2022}$ $4 \cdot 16^n = 2^{2022}$
Converter os fatores para base 2	$2^2 \cdot (2^4)^n = 2^{2022}$
Propriedade potência da potência	$2^2 \cdot 2^{4 \cdot n} = 2^{2022}$

Passamos a trabalhar com a multiplicação de potências de mesma base, inclusive, como nosso objetivo é conhecer o valor de n, podemos descartar a base e trabalhar somente com os expoentes. Claro, observando a propriedade “manter a base e somar os expoentes”.

Somar os expoentes	$2 + (4 \cdot n) = 2022$ $4n = 2022 - 2$ $N = 2020/4$ $n = 505$
---------------------------	--

Resposta: O valor de n é igual a 505

Gabarito: C

16. (FCC – Técnico Judiciário – TRT 18ªR – 2023)

João escreveu todos os números de 4 algarismos usando os mesmos algarismos do número 2023, com a mesma frequência. A maior diferença entre dois números escritos por João é

- a) 1197
- b) 1188
- c) 990
- d) 1298
- e) 1288

COMENTÁRIOS

Para a maior diferença precisamos dos números que ficam nos extremos. Serão o maior e o menor número escrito por João com os algarismos 0, 2, 2 e 3.

Menor número	2023
Maior número	3220

Uma simples operação de subtração (3220 – 2023) e temos a maior diferença igual a 1197.

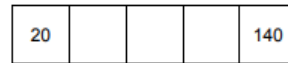
Observação: A formação 0223 não deve ser considerada porque teríamos um número de três algarismos (223) e não de quatro algarismos conforme a regra do enunciado.

Resposta: A maior diferença entre dois números escritos por João é igual a 1197.

Gabarito: A

17. (FCC – Técnico Judiciário – TRT 18ªR – 2023)

No diagrama, os três quadradinhos centrais devem ser preenchidos com números de modo que a soma dos três primeiros números seja 100, a soma dos três números centrais seja 200 e a soma dos três últimos números seja 300.



18. 16. O valor que ocupará o quadradinho central é

- a) 30
- b) 120
- c) 40
- d) 110
- e) 60

COMENTÁRIOS

A contextualização apresentada parece valorizar o Raciocínio Lógico, entretanto, o predomínio é da Matemática.

Enunciado	Considere	Equações					
<p>... a soma dos três primeiros números seja 100, a soma dos três números centrais seja 200 e a soma dos três últimos números seja 300.</p>	<table border="1" style="margin: auto;"> <tr> <td style="width: 20%;">20</td> <td style="width: 20%;">a</td> <td style="width: 20%;">b</td> <td style="width: 20%;">c</td> <td style="width: 20%;">140</td> </tr> </table>	20	a	b	c	140	$20 + a + b = 100$ $a + b + c = 200$ $b + c + 140 = 300$
20	a	b	c	140			

Apresentaremos dois caminhos, ambos são formas de resolver sistemas de equações.

Método da Substituição	$20 + a + b = 100$ $a + b = 80$
Substituir o valor "a + b" na segunda equação	$a + b + c = 200$ $80 + c = 200$ $c = 120$
Calcular o valor de b	$b + c + 140 = 300$ $b + 120 + 140 = 300$ $b = 40$

Ou

Método da Soma	$a + b + c = 200$ $20 + a + b = 100$
Multiplicar a segunda equação por (-1) e somar as duas primeiras.	$a + b + c = 200$ $-a - b - 20 = -100$ c) $20 = 100$ $c = 120$
Calcular o valor de b	$b + c + 140 = 300$ $b + 120 + 140 = 300$ $b = 40$

Resposta: O valor que ocupará o quadradinho central é igual a 40

Gabarito: C

19. (FCC – Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT R^a18 – 2023) O dobro do quadrado da metade de um número positivo vale 8. O número é:

- a) 6
- b) 8
- c) 4
- d) 5
- e) 2

COMENTÁRIOS

Transcrever o enunciado em linguagem matemática.

Enunciado	Linguagem Matemática
O dobro do quadrado da metade de um número positivo vale 8.	$2 \cdot (x/2)^2 = 8$

Iniciaremos pela resolução dos parênteses.

Resolver a equação	$2 \cdot (x/2)^2 = 8$
	$2 \cdot x^2/4 = 8$
	$2x^2/4 = 8$
	$2x^2 = 32$
	$x^2 = 16$
	$x = \sqrt{16}$
	$x = 4$

Resposta: O número que responde a equação é igual a 4.

Gabarito: C

20. (FCC – Técnico Judiciário – TRT 18^aR – 2023) Os números inteiros positivos x, y e z são tais que $xy = 12$, $yz = 28$ e $xz = 21$. A expressão $x - y + z$ vale:

- a) 9
- b) 6
- c) 14
- d) 11
- e) 8

COMENTÁRIOS

Não teria como a questão ser mais objetiva. Foram dadas três equações nas quais existem três incógnitas.

$$xy = 12$$

$$yz = 28$$

$$xz = 21$$

A primeira ideia de solução é isolar os termos da equação (ou equações) e substituir em outra.

Isolar x e z nas primeiras equações	Substituir na terceira
$xy = 12 \quad x = 12/y$	$xz = 21$
$yz = 28 \quad z = 28/y$	$12/y \cdot 28/y = 21$
	$12 \cdot 28 = 21y^2$
	$336 / 21 = y^2$
	$y = \sqrt{16}$
	$y = 4$

As incógnitas x e z ficaram isoladas nas primeiras duas equações e seus valores serão substituídos na terceira equação. É a maneira de resolver duas ou mais equações que é denominada Método da Substituição.

Encontramos o valor de y e, para as demais incógnitas, novas substituições.

Valor de x	$x = 12/y$ $x = 12/4$ $x = 3$
Valor de z	$z = 28/y$ $z = 28/4$ $z = 7$

Resposta: A expressão $x - y + z$ equivale a $3 - 4 + 7$ e é igual a 6.

Nota dos autores: Trata de Resolução Matemática, sem grandes dificuldades, talvez a divisão “336 / 21” seja a parte mais complicada, mas também sem maiores dificuldades, apenas requer alguns segundos na operação.

Mesmo assim, vamos voltar ao início e conversar um pouco mais sobre a questão.

Dados:

$$xy = 12$$

$$yz = 28$$

$$xz = 21$$

Atenção ao que foi dito sobre as incógnitas: “Os números inteiros positivos x, y e z ”. Sendo números inteiros e positivos, os produtos são quase que intuitivos.

Por exemplo:

$xy = 12$	Opções: 1 e 2 2 e 6 3 e 4
-----------------------------	------------------------------------

Para não ficar dúvidas:

$xz = 21$	Opções: 1 e 21 3 e 7
-----------------------------	----------------------------

No último quadro, uma das opções pode ser descartada porque o valor 21 inviabiliza as outras equações. Portanto, dos quadros acima restam:

$xy = 12$	3 e 4
$xz = 21$	3 e 7

Logo:

- $xy = 12 \quad 3 \cdot 4 = 12$
- $yz = 28 \quad 4 \cdot 7 = 28$
- $xz = 21 \quad 3 \cdot 7 = 21$

Sendo: $x = 3, y = 4$ e $z = 7$.

Apesar de a explicação consumir tempo e várias linhas escritas, o candidato que estiver com maturidade lógico-matemática resolverá questões como esta de maneira rápida e assertiva.

Gabarito: B

21. (FCC – Analista Judiciário – TRT 18ªR – 2023) O valor da expressão

$$(1/3)^{-1} + (2/3)^{-1} + (3/3)^{-1} + (4/3)^{-1} \text{ é:}$$

- a) $(5/2)^2$
- b) $(2/5)^2$
- c) $(5/3)^{-1}$
- d) $(5/3)^2$
- e) $(3/5)^2$

COMENTÁRIOS

A regra para tratar frações com expoente negativo nos orienta a inverter o número e, assim, o mesmo expoente passa a ser positivo.

Expressão	$(1/3)^{-1} + (2/3)^{-1} + (3/3)^{-1} + (4/3)^{-1}$ $(3/1)^1 + (3/2)^1 + (3/3)^1 + (3/4)^1$
------------------	--

Com todos os expoentes positivos, e sendo igual a 1, basta eliminá-los e seguir como uma soma normal de frações.

Expressão	$(3/1) + (3/2) + (3/3) + (3/4)$ $(36/12) + (18/12) + (12/12) + (9/12)$ $(36 + 18 + 12 + 9) / 12$ $75/12$ $25/4$
------------------	---

Voltando para potência.

Expressão	$25/4$ $(5/2)^2$
------------------	---------------------

Resposta: O valor da expressão dada é igual a $(5/2)^2$.

Gabarito: A

22. (FCC – Analista Judiciário – TRT 22ªR – 2022)

Na soma abaixo, letras iguais representam algarismos iguais e letras diferentes representam algarismos diferentes.

$$\begin{array}{r}
 X \\
 + \quad X \\
 \hline
 Y \quad Y \\
 Z \quad Z \quad Z
 \end{array}$$

O valor de X é

- a) 4.
- b) 5.
- c) 6.
- d) 7.
- e) 3.

COMENTÁRIOS

Vamos nos valer do método "Tentativa e Erro" que, na verdade não tem nada de método.

Claro que não meus amigos! Estamos trabalhando para domar qualquer tipo de questão ou a maioria delas.

Então, o que fazer?

Primeiro, observe a coluna da centena.

$\begin{array}{r} \\ + \\ \hline Z \end{array}$	<p>Não há algarismos na coluna das centenas, logo, ele virá da coluna anterior (dezenas)</p>
---	--

Uma vez que existe apenas um algarismo na coluna das dezenas, não tem como passar para a centena outro algarismo senão o 1. Daí a certeza de que z é igual a 1, assim, $Z Z Z = 1 1 1$.

$\begin{array}{r} 1 \\ + \\ \hline 1 \end{array}$	<p>O resultado da segunda coluna (dezenas) é igual a 11.</p>
---	--

Para chegar a 11 na coluna das dezenas é necessário que y seja igual a 9 e tenha passado 2 da coluna das unidades.

$\begin{array}{r} 1 \\ + \\ \hline 1 \end{array}$	<p>O resultado da coluna à direita (unidades) é igual a 21.</p>
---	---

Então x é igual a 6.

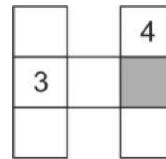
$\begin{array}{r} 1 \\ + \\ \hline 1 \end{array}$	<p>X = 6 Y = 9 Z = 1</p>
---	----------------------------------

O examinador perguntou qual o valor de X porque é o último a ser revelado.

Resposta: O valor de X é igual a 6.

Gabarito: C

23. (FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 17ªR – 2022) Os sete quadradinhos da figura abaixo formam três linhas sendo uma horizontal e duas verticais. Os números de 1 a 7 devem ser escritos, um em cada quadradinho, de forma que as somas dos três números de cada linha sejam iguais.



Os números 3 e 4 já foram escritos. O número que deve ser colocado no quadradinho cinza é

- a) 2
- b) 5
- c) 1
- d) 6
- e) 7

COMENTÁRIOS

A questão está pautada basicamente na operação mais simples da matemática, a adição.

São três linhas, duas na vertical e uma na horizontal cujas somas são iguais.

Face às igualdades, poderíamos formular equações matemáticas e resolver a questão de maneira formal, entretanto, esse é um daqueles casos nos quais as tentativas são mais eficazes, claro, com um mínimo de lógica.

Por exemplo, vamos considerar os valores extremos, 1 e 7, na mesma linha.

<p>Soma primeira coluna igual a 11</p>	
---	--